CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

CNPJ nº 03.682.014/0001-20

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, Bloco M,
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

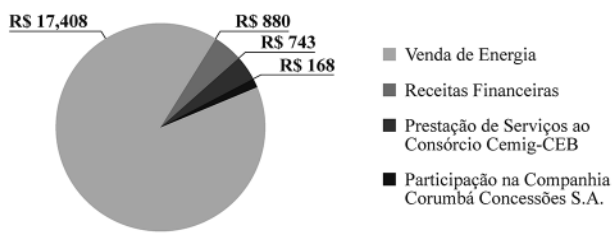
Senhor Acionista,

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017.

Neste ano a Empresa balizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado ao planejamento estratégico da Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora integral, que em linhas gerais reafirmou o foco na gestão parcimoniosa das despesas operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

O resultado global manteve a tendência de crescimento ocorrido nos últimos anos. Foi marcado, especialmente, pela continuidade dos contratos de comercialização de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, e complementado pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras, nas proporções apresentadas no gráfico a seguir:

Composição da Receita Bruta (R$ Mil)



A receita operacional bruta, formada pela soma das receitas da venda de energia e da prestação de serviços, cresceu 5,29%. Os resultados dos últimos quatro anos estão consignados no quadro a seguir:

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Receita Operacional Bruta	**14.412**	**15.463**	**17.239**	**18.151**
Venda de Energia Elétrica	13.772	14.809	16.438	17.408
Prestação de Serviços	640	654	801	743

(R$ Mil) *Reapresentado.

A Companhia adotou o novo Plano de Contas estabelecido pela ANEEL, no ano de 2017, que determinou a classificação como Dedução da receita bruta as despesas de Taxa de fiscalização da ANEEL e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, que até então eram registradas como custo de energia elétrica e operação. Estes saldos necessitaram ser reclassificados em 2014,2015 e 2016.

A receita adicional das aplicações mantidas no Banco de Brasília - BRB e no Bradesco totalizou R$ 880 mil. Quando comparada com a receita auferida em 2016, de R$ 1.732 mil, apresentou forte redução de 49,18%.

A Administração mantém de forma rigorosa todos os recursos disponíveis em conta de aplicação, porém, a redução dos rendimentos ocorreu devido à necessidade de saídas adicionais de caixa em operações ao longo do ano para distribuição de dividendos propostos de 2016, no valor de R$ 5.955 mil, distribuição de dividendos intercalares, no valor de R$ 5.000 mil, e redução de R$ 10.000 mil no capital social da Empresa.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.146	1.554	1.497	833
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	–	527	113	32
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	–	–	114	–
Atualizações sobre Crédito Tributário	–	7	6	14
Outras Receitas Financeiras	–	1	2	1
Receitas Financeiras	**2.146**	**2.089**	**1.732**	**880**

(R$ Mil) *Reapresentado.

A participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, foi positivo no valor de R$ 168 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Equivalência Patrimonial	-1.737	-906	112	168

(R$ Mil) *Reapresentado.

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP[1], estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano. Contudo, os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR[2] sofreram expressivo aumento de 130%, saindo de R$ 1.030 mil em 2016, para R$ 2.370 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Energia de Curto Prazo	-6.286	-7.094	-1.030	-2.370
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	-707	-778	-847	-848

(R$ Mil) *Reapresentado.

1 MCP - Mercado de Curto Prazo.
2 ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

As principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD[3]; taxas destinadas à ANEEL[4], CCEE[5], ONS[6], gastos com liquidações no MCP[7] de energia elétrica, despesas administrativas de pessoal, material, serviços, etc.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Receita Operacional Bruta	**14.412**	**15.463**	**17.239**	**18.151**
Deduções da Receita Operacional	**-1203**	**-1217**	**-1182**	**-1181**
PIS	-92	-101	-112	-118
COFINS	-426	-465	-517	-545
ISS	-32	-33	-40	-37
P&D	-136	-147	-163	-164
Taxa de Fiscalização ANEEL	-71	-129	-154	-162
Compensação Financeiras pelo Uso de Recursos Hídricos	-446	-342	-196	-156
Receita Operacional Líquida	**13.209**	**14.246**	**16.057**	**16.970**

(R$ Mil) *Reapresentado.

Neste ano, a CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a Companhia Corumbá Concessões S.A. no valor de R$ 384 mil, com vigência total de 42 meses, sendo 18 meses de carência inicial e 24 parcelas corrigidas pelo sistema de amortização constante (SAC), acrescidas de correção monetária pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário - CDI.

Seguindo as diretrizes de sua controladora integral, a Administração promoveu a redução do capital social da Empresa em R$ 10.000 mil, considerado excessivo para a realização do objeto estatutário, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/1976. Com isso, o capital social passou a ser de R$ 21.270 mil, com a diminuição do número de ações ordinárias nominativas na mesma proporção e redução do Patrimônio Líquido de R$ 39.457 mil para R$ 26.794 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Patrimônio Líquido	43.321	45.782	39.457	26.794

(R$ Mil) *Reapresentado.

Houve ainda um evento importante relacionado à regulação. O MME[8] publicou a Portaria nº 178, de 03 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão aumentou 17,1% a garantia física de energia atribuída à UHE Queimado, de 58,0 para 67,9 MW Médio, e passou a vigorar em janeiro de 2018.

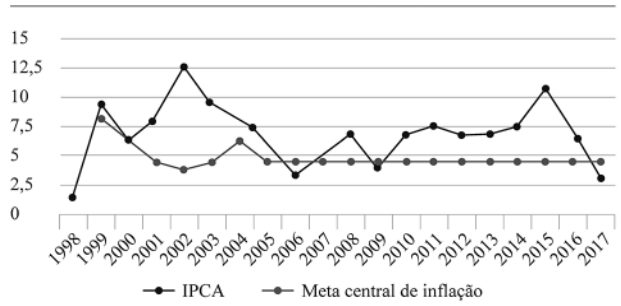
De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2017 refletiu a regularidade da comercialização dos contratos de energia elétrica, o controle rigoroso das despesas operacionais e a priorização dos investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos temos a expectativa de estabilização climática e melhoria no ciclo hidrológico, que somadas aos ajustes regulatórios poderão contribuir para redução do risco financeiro de geração, aumento dos volumes negociados e otimização dos indicadores empresariais.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

Apesar da economia brasileira ainda ter registrado reflexos da crise, o ano de 2017 foi marcado pelo fim da recessão econômica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,0%, registrando a primeira alta após dois anos consecutivos de retração. Em valores correntes, o PIB foi de R$ 6,6 trilhões.

A recessão dos últimos anos contribuiu para conter os preços e a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que ficou abaixo do piso da meta de 3,0%, com alta acumulada de apenas 2,95%, resultado 3,34% inferior aos 6,29% acumulados em 2016. É o menor número desde a taxa de 1998, quando ficou em 1,65%.

Inflação Acumulada (Em %)



Fonte: IBGE e Banco Central.

3 Contrato de Uso do Sistema de Distribuição celebrado com outras distribuidoras para uso das instalações do sistema de distribuição (CSD).
4 ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.
5 CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
6 NOS - Operador Nacional do Sistema.
7 MCP - Mercado de Curto Prazo.
8 Ministério de Minas e Energia.

A retomada da economia a partir do segundo semestre abriu espaço para criação de empregos, que chegou a acumular algumas altas consecutivas, mas terminou o ano com pequeno recuo de vagas. Segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), embora os postos de trabalho de janeiro a novembro tenham alcançado o saldo positivo de 299.635, em dezembro o número de vagas ficou negativo em 328.539.

Alinhada aos preços mais baixos e às expectativas de uma inflação menor, a taxa básica de juros "Selic" passou por um ciclo de cortes, chegando ao seu menor nível histórico. Nas oito reuniões realizadas em 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a Selic sucessivamente, acumulando uma queda de 6,75 pontos percentuais, que passou de 13,75% para 7% ao ano.

Em 2018, o crescimento maior do PIB estará associado à ampliação dos investimentos, alta da massa salarial e expansão do consumo das famílias. O crescimento do consumo interno favorecerá a expansão do crédito, e, como reflexo, os investimentos tenderão a crescer para pessoas jurídicas, bem como a melhoria da confiança dos empresários.

Espera-se, por fim, que a recuperação econômica continue seu curso com expansão positiva em todos os trimestres. Obviamente, essa dinâmica pressupõe que o ambiente global permanecerá favorável e que o quadro político brasileiro não influenciará a economia de forma significativa.

3 - CONTEXTO OPERACIONAL

O setor elétrico vivenciou mais um ano de instabilidade financeira e de tímida recuperação. A falta de chuvas e a escassez de água observada nos reservatórios das principais usinas hidrelétricas brasileiras, fez com que o setor continuasse enfrentando conflitos regulatórios e variação de preços no ambiente de liquidação no MCP, que causaram consequências significativas para o caixa das empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Integrante do mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE - a CEB Participações S.A. foi obrigada a adquirir energia a valores superiores aos previstos, de forma a honrar seus contratos de comercialização. Assim, o *déficit* de geração em 2017 provocou relativa exposição financeira da Empresa, que se traduziu em perda de oportunidade de receita, especialmente no segundo semestre.

Ressalte-se que, em geral, esse mecanismo produz resultados favoráveis quando o problema é localizado. No entanto, quando ocorrem eventos das dimensões verificadas neste ano (dificuldades de geração hidrelétrica em grande parte do território nacional), podem acontecer os efeitos indesejáveis.

Em contrapartida, registra-se que os efeitos danosos do déficit nas operações de energia foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico, celebrado no final de 2015, e também pela estratégia adotada pela Empresa.

Para os próximos anos, com a provável estabilização do ciclo hidrológico e o aumento de 17,1% na garantia física de energia gerada pela UHE Queimado, resultante da revisão aprovada pelo MME, projetamos uma substancial melhoria no desempenho econômico e, consequentemente, nos resultados gerais da Empresa.

4 - PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:

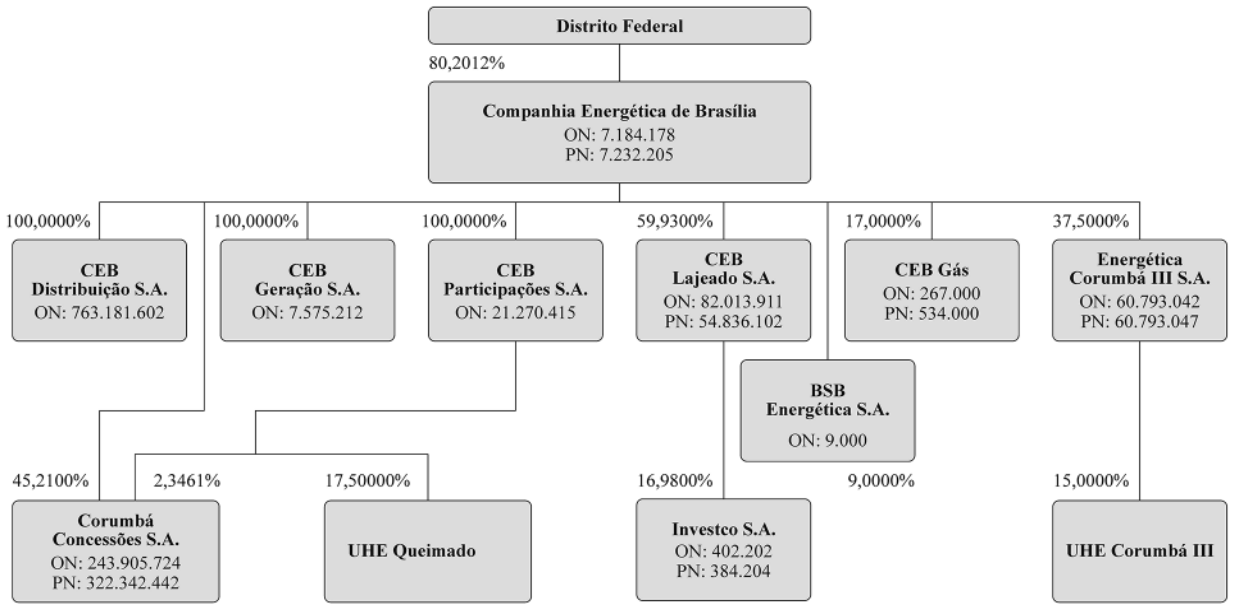
continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

ESTRUTURA SOCIETÁRIA - GRUPO CEB



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

Possui, ainda, participação acionária de 2,35 % na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.
A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.
O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos.
Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável.
No ano de 2017, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balancetes trimestrais e do balanço do final do exercício.
A CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente, para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, cuja estrutura é composta por dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A..
O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição. Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função desempenhada por um de seus Diretores.

6 - NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB
A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.
O empreendimento está localizado na confluência do córrego Arrependido com o rio Preto, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios de Cabeceira Grande, onde está localizada a casa de força, e de Unaí em Minas Gerais, Cristalina e Formosa, em Goiás, além do Distrito Federal.
A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente. Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo IBAMA, para o período de 10 (dez) anos.
Destacamos as principais ações que objetivaram a melhoria operacional da UHE Queimado, e influenciaram positivamente no resultado alcançado pela CEB Participações S.A.:

- Priorização de investimentos, eliminando desperdícios e melhorando a eficiência operacional;
- Atendimento das demandas regulatórias relacionadas à segurança de barragens, constantes da fiscalização realizada em 2016:
  - concreto projetado no talude do vertedouro;
  - iluminação refletiva na crista da barragem;
  - limpeza da faixa de acesso à cachoeira dos andorinhões;
  - realocação das pedras no promontório;
  - correção do estaqueamento na barragem, e;
  - coleta de dados brutos de PH na água;
- Instalação da válvula no vertedouro para garantir a vazão residual em caso de indisponibilidade das máquinas;
- Serviços de medições de vazões líquidas na saída da válvula do túnel de desvio;
- Início da obra de drenagem da barragem e melhorias na estrada de acesso;

Corumbá Concessões S.A.

A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal. Em 2012, a CEB Participações S.A. aumentou 0,22% seu percentual de participação no negócio, passando de 2,12% para 2,35%.

Outros Negócios

Além dos ativos de geração de energia elétrica, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas de 95% a 97% do CDI, respectivamente.

7 - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2033.

Na ocasião foram formalizados 32 (trinta e dois) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado celebrados com distribuidoras de energia. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

A Energia comercializada esse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Energia Comercializada no ACR

	Montante (MW) - 2014	Montante (MW) - 2015	Montante (MW) - 2016	Montante (MW) - 2017	Preço Médio (R$/MWh) - 2017
1º Semestre	9,079	9,233	9,245	8,996	217,97
2º Semestre	8,922	8,769	8,803	9,005	221,18

8 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita bruta proveniente da comercialização de energia elétrica gerada pela UHE Queimado em 2017 foi de R$ 17.408 mil. Quando comparada ao valor apurado no ano anterior, de R$ 16.438 mil, representa um aumento de 5,90%. Considerando os recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados ao Consórcio Cemig-CEB, a receita operacional bruta aumentou 5,29%, totalizando R$ 18.151 mil. No final do exercício, foi apurado um lucro de R$ 8.293 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Receita Operacional Bruta	14.412	15.463	17.239	18.151
Receita Operacional Líquida	13.209	14.246	16.057	16.970
Resultado Antes dos Tributos	551	3.966	11.306	9.185
EBITDA	-613	2.896	10.415	9.777
Lucro Líquido (Prejuízo)	-659	2.748	10.187	8.293
Patrimônio Líquido	43.321	45.782	39.457	26.794

(R$ Mil) *Reapresentado.

9 - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS).
O Estatuto Social da Companhia é omisso em relação ao percentual de remuneração dos Dividendos Mínimos Obrigatórios, por esta razão foi aplicado o percentual de 50% sobre o lucro líquido ajustado, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76, ajustando a destinação do seu lucro líquido para dividendos mínimos obrigatórios em R$ 3.939 mil, e para dividendos adicionais propostos em R$ 3.939 mil, conforme discriminado no quadro abaixo:

Apuração/Destinação de Dividendos	2017
Lucro Líquido do Exercício	8.293
Constituição de Reserva Legal	415
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	7.878
Dividendo Mínimo Obrigatório – 50%	3.939
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos	3.939

(R$ Mil)

Registra-se que neste ano a Empresa realizou uma antecipação de dividendos no valor de R$ 5.000 mil, sendo este valor superior ao dividendo mínimo obrigatório. Assim, no tocante aos Dividendos Adicionais Propostos para o exercício de 2017, restaram R$ 2.878 mil para serem distribuídos no exercício de 2018, registrados em conta específica até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária que, se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

10 - RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal

Colaboradores	2014	2015*	2016	2017
Diretores sem vínculo efetivo	2	3	3	3
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	5	1	1	1
Conselheiros sem vínculo efetivo	3	1	2	2
Total (Força de Trabalho)	**10**	**5**	**6**	**6**

*Reapresentado.

11 - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

12 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensados pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília - CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho neste exercício.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

DIRETORES

Lener Silva Jayme - Diretor-Geral
Elias Brito Júnior - Diretor Técnico
Aurélio Jackson Fernandes Mazeto - Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHEIROS FISCAIS

André Vilanova da Silva
Dalmo Alexandre Costa
Wolney Arruda

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 50012018042000078

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo Circulante				**Passivo Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.259	12.342	Contas a pagar	10	771	304
Concessionários e permissionários	4	1.942	1.917	Salários e encargos sociais		69	67
Impostos a recuperar		160	180	Impostos e contribuições sociais	11	224	377
Repactuação do Risco Hidrológico	5	63	75	Outras obrigações	12	784	459
Outros créditos		101	148			**1.848**	**1.207**
		3.525	**14.662**				
Ativo Não Circulante				**Passivo Não Circulante**			
Cauções e depósitos vinculados		103	713	Provisão contingencial	8 a)	1.349	–
Empréstimos com parte relacionada	6	620	203			**1.349**	**–**
Aplicações financeiras		219	219				
Repactuação do Risco Hidrológico	5	1.089	1.151	**Patrimônio Líquido**			
Realizável a Longo Prazo		**2.031**	**2.286**	Capital Social	13.1	21.270	31.270
Investimentos	7 a)	3.870	3.713	Reserva de lucros	13.2	5.524	8.187
Imobilizado	8	19.731	18.462			**26.794**	**39.457**
Intangível	9	834	1.541				
		26.466	**26.002**				
Total do Ativo		**29.991**	**40.664**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**29.991**	**40.664**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Dividendos Adicionais Propostos	Lucros / Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 (Reapresentado)	**41.270**	**1.602**	**2.413**	**–**	**497**	**45.782**
Redução do Capital Social	(10.000)	–	–	–	–	(10.000)
Ajuste de Equivalência Patrimonial s/Coligada - Exercício Anterior	–	–	–	(68)	–	(68)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.187	–	10.187
Dividendos adicionais propostos 2015	–	–	(444)	–	–	(444)
Dividendos adicionais propostos 2016	–	–	3.987	(3.987)	–	–
Dividendos adicionais declarados 2016	–	–	–	(6.000)	–	(6.000)
Absorção de outros resultados abrangentes				497	(497)	–
Constituição de Reserva Legal	–	629	–	(629)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**31.270**	**2.231**	**5.956**	**–**	**–**	**39.457**
Redução do Capital Social (Nota 13)	(10.000)	–	–	–	–	(10.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.293	–	8.293
Dividendos declarados 2016	–	–	(5.956)	–	–	(5.956)
Antecipação de dividendos	–	–	–	(5.000)	–	(5.000)
Constituição de Reserva Legal	–	415	–	(415)	–	–
Dividendos adicionais propostos 2017	–	–	2.878	(2.878)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**21.270**	**2.646**	**2.878**	**–**	**–**	**26.794**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	17.183	15.948
Recebimento pela Prestação de Serviços	760	733
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	833	1.497
Venda Energia - MCP	–	257
Recebimento de Juros e Encargos	–	102
Outros Recebimentos	4	7
	18.780	**18.544**
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(2.568)	(1.253)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2,017)	(2.131)
Salários, Remuneração e Encargos	(1.704)	(1.855)
Compensação de Recursos Hídricos	(138)	(237)
Pagamento de Tributos	(1.824)	(1.632)
Encargos Setoriais	(261)	(282)
Depósito Judiciais	–	(103)
Outros	(29)	(54)
	(8.541)	**(7.547)**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**10.239**	**10.997**
Atividades de Investimento		
Entradas/Saída:		
Concessão de Empréstimos	(378)	(192)
Recebimento de Dividendos	11	–
Aquisição de Imobilizado	–	(53)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	**(367)**	**(245)**
Atividades de Financiamentos		
Entradas:		
Pagamento de dividendos	(10.955)	(6.888)
Redução de Capital já paga ao acionista	(10.000)	–
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamentos	**(20.955)**	**(6.888)**
Redução do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(11.083)**	**3.864**
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.342	8.478
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.259	12.342
	(11.083)	**3.864**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2017	2016
Receitas		
Venda de Energia Elétrica	17.408	16.438
Prestação de Serviços	743	801
Outras Receitas	22	102
	18.173	**17.341**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Serviços de Terceiros	(2.252)	(2.375)
Material	(3)	(7)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(47)	(154)
Operações com Energia elétrica	(2.370)	(1.030)
Repactuação do risco hidrológico	(75)	–
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição	(848)	(847)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	(155)	(196)
Contribuição Compulsória - CCEE	(9)	(10)
Outras Despesas	(310)	(181)
	(6.069)	**(4.800)**
Valor Adicionado Bruto	**12.104**	**12.541**
Retenções		
Depreciação	(713)	(697)
Amortização	(717)	–
	(1.430)	**(697)**
Valor Adicionado Líquido Produzido	**10.674**	**11.844**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	880	1.732
Equivalência Patrimonial	168	44
	1.048	**1.776**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**11.722**	**13.620**
Pessoal e Encargos	1.764	1.573
Despesas Financeiras	41	30
Impostos, Taxas e Contribuições	1.624	1.830
Resultado do exercício	8.293	10.187
Valor Adicionado total Distribuído	**11.722**	**13.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	14	16.970	16.057
Custo com energia elétrica e operação	15	(6.453)	(4.158)
Lucro operacional bruto		**10.517**	**11.899**
Receitas / (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	16	(2.361)	(2.509)
Resultado de equivalência patrimonial	7	168	112
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		23	102
		(2.170)	**(2.295)**
Resultado antes do Resultado Financeiro		**8.347**	**9.604**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	880	1.732
Despesas financeiras		(41)	(30)
		839	**1.702**
Resultado antes dos tributos		**9.186**	**11.306**
Imposto de Renda e Contribuição Social	18		
Imposto de Renda		(604)	(773)
Contribuição Social		(289)	(346)
		(893)	**(1.119)**
Lucro líquido do exercício		**8.293**	**10.187**
Lucro Básico e Diluído por Ação		**0,3417**	**0,2468**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**8.293**	**10.187**
Outros resultados abrangentes		
Ajustes de exercícios anteriores (Equivalência patrimonial)	–	(68)
Resultado abrangente total	**8.293**	**10.119**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objetivo social: A CEB Participações S.A. ("CEBPar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997 e tem a sua sede social localizada na cidade de Brasília/DF. A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. com 2,3461% de seu capital (Nota 7.a) e no Consórcio CEMIG-CEB, responsável pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado - AHE Queimado, com 17,5% do Consórcio. (Nota 1.3). **1.2. Concessão:** O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado AHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente. A energia elétrica gerada pelo AHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília - CEB	17,5%
Total	**100,0%**

1.3. Consórcio CEMIG - CEB: A CEMIG e a CEB constituíram em 1998 o consórcio CEMIG - CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB. A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG - CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações. A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo. O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos da consorciadas. De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2032, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG - CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da AHE Queimado. O AHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e e energia assegurada de 58 MW. No exercício de 2017 a UHE Queimado produziu 20 MW médios, ou seja, 34% da sua garantia física (20,14 MW médios gerados em 2016 equivalente a 35% da garantia física). A garantia física da CEB Participações era de 10,15 MW médios até 2017 e passou a ser de 11,883 MW médios, a partir de 2018, através da revisão ordinária da garantia física de energia das usinas hidrelétricas, aprovada pelo MME, através da Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, resultando em um aumento de 17,07%.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota 24. A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas. A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 19 de fevereiro de 2018, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não possui Outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, portanto o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. **2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **i) Redução do valor recuperável de ativos:** Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber): São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidencias de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

ii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros **iv) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 8 e 9). **v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE:** A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem não irão diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2017 sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3). **2.6. Ativos financeiros: i) Classificação:** A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria são consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3). **b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de valores mobiliários até o vencimento. Tais ativos financeiros são classificados e mantidos até o vencimento. Os investimentos são preservados até o vencimento e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia tem registro sendo o Investimento referente à Corumbá Concessões S.A. (Nota Explicativa 7 a). **c) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 3), Concessionárias e Permissionárias (Nota Explicativa 4) e Empréstimo com parte relacionada (Nota explicativa 6). **ii) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Concessionárias e Permissionários:** O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota Explicativa 4). **2.8. Investimentos: a) Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. **b) Operações controladas em conjunto:** Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. **c) Consórcio - UHE Queimado:** A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a correspondente participação detida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados "joint operations", de acordo com os requerimentos do IFRS 11. **2.9. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui: • o custo de materiais e mão de obra direta; • quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e • custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota explicativa 8. **2.10. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9). **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos. **2.12. Passivos financeiros:** A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10) e demais obrigações (Nota 13). **2.13. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.14. Impostos e contribuições sociais:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2017 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **2.15. Demais ativos e passivos:** Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **2.16. Capital Social: a) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo. **2.17. Reserva legal:** Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 13.2.a). **2.18. Reconhecimento da receita: a) Receita de comercialização de energia:** De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica. **b) Receita da receita de prestação de serviços:** A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços. **2.19. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas: IFRS 9** - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); **IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **IFRS 16** - Arrendamentos - introduz novas exigências para a contabilização dos contratos de arrendamento operacional (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2019). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **2.20. Aprovação das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2018.

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	10	1
Aplicações Financeiras	1.249	12.341
	1.259	**12.342**

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados com instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo, com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A redução da conta de caixa e equivalentes de caixa refere-se ao pagamento de dividendos e a redução de Capital Social que juntos totalizaram aproximadamente R$21 milhões em desembolsos financeiros no ano de 2017.

4. CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS (CONTAS A RECEBER)

	2017	2016
Suprimento de Energia	1.942	1.904
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	–	13
	1.942	**1.917**

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15 e 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O Contas a receber de Suprimento de energia é integralmente com Distribuidoras de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém contratos de venda de energia de longo período de duração. A Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2017, uma vez que os créditos foram integralmente recebidos em 2018.

5. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que a Companhia possui proteção para déficits de geração de energia do MCP superiores a 9%, sendo que para déficits até este nível a Companhia tem a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados. O valor de R$1.152 em 31 de dezembro de 2017, sendo R$ 63 no Ativo circulante e R$1.089 no Ativo não circulante (R$1.226 - 31/12/2016, R$75 no Ativo circulante e R$1.151 no Ativo não circulante), é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que está sendo utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

6. EMPRÉSTIMO COM PARTE RELACIONADA

Em 15 de agosto de 2016 a companhia realizou operação de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R$ 196, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 2 de agosto de 2016, com prazo de 60 meses, com carência de pagamento de 36 meses, correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês. Em 2017 Companhia realizou uma nova operação de mútuo com a Corumbá S.A, no valor de R$385, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 9 de novembro de 2017, este com prazo de 42 meses, carência de 18 meses, correção monetária dada pela taxa de 128% do Certificado de Deposito Bancário - CDI e juros de 1% ao mês. Em função dos valores de atualização e o novo contrato de Mútuo, o saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 620 (R$203 em 31 de dezembro de 2016). Esse contrato respeita a exigência do órgão regulador (ANEEL) de que se deve atender à comutatividade financeira do montante mutuado.

7. INVESTIMENTOS

a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial: A CEBPar possui participação de 2,3461% na empresa Corumbá Concessões, S.A. ("Corumbá"), que foi fundada em 06 de setembro de 2000, com o objetivo de constituir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no município de Luziânia – GO, com prazo de duração de 35 anos, prorrogável de acordo com os termos do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL. O capital social da Corumbá é representado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por 566.248.166 Ações Nominativas, sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", 126.666.666 Ações Preferenciais Nominativas – PN classe "PNB", totalizando um capital subscrito e integralizado de R$171.516. A CEBPar possui 13.285.000 Ações Ordinárias. A Corumbá Concessões é considerada como coligada da CEBPar e o investimento é calculado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) pelo fato das duas Companhias serem controladas pela mesma Entidade, a Companhia Energética de Brasília, que possui 45,2% das ações da Corumbá Concessões S.A. e 100% das ações da CEBPar. Os principais números do Balanço Patrimonial e da Demonstração do resultado da investida são assim apresentados:

	2017	2016
Ativo		
Circulante	**26.276**	**36.008**
Não Circulante	**653.170**	**674.825**
Realizável a Longo prazo	75.000	81.786
Imobilizado	571.249	585.721
Intangível	6.921	7.318
	679.446	**710.833**
Passivo		
Circulante	**373.468**	**425.914**
Não Circulante	**141.707**	**127.145**
Patrimônio Líquido	**164.271**	**157.774**
	679.446	**710.833**

	2017	2016
Receita líquida	184.304	170.327
(-) Custo com geração de energia e operação	(114.392)	(79.065)
Lucro bruto	**69.912**	**91.262**
(-) Despesas operacionais líquidas	(7.808)	(9.152)
Resultado operacional	**62.104**	**82.110**
Resultado financeiro líquido	(50.858)	(75.752)
Lucro antes de impostos sobre o lucro	**11.246**	**6.358**
Impostos	(4.067)	(1.593)
Lucro Líquido do exercício	**7.179**	**4.765**

Em 31 de dezembro de 2017 houve a classificação do saldo a pagar de debêntures, principal passivo da Corumbá Concessões, do não circulante para o circulante motivada pela ultrapassagem dos índices ("*covenant*") estabelecidos na escritura de emissão, com potencial vencimento antecipado não automático. Em 2016 este fato também ocorreu e durante o exercício de 2017 a Corumbá Concessões realizou tratativas de repactuação dos *covenants* com sucesso, todavia, houve uma nova situação de desenquadramento para 31 de dezembro de 2017 e o saldo foi, novamente, lançado integralmente no passivo circulante ao contrário do cronograma de amortização originalmente previsto. A movimentação deste investimento no exercício de 2016 e para o período findo em 2017 está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.669**
Equivalência Patrimonial	112
Ajuste de Exercícios Anteriores de Equivalência Patrimonial	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.713**
Equivalência Patrimonial	168
Distribuição de Dividendos	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**3.870**

b) Operação controlada em conjunto - Consórcio CEMIG - CEB: Conforme mencionado na Nota nº 1.3, a Entidade é parte do Consórcio CEMIG - CEB responsável pela exploração do potencial hidroelétrico AHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos do Ativo e Passivo do do Consórcio são como segue:

	2017	2016
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	969	993
Créditos com Consorciadas	1.162	98
Outros	66	–
Imobilizado e Intangível	117.175	113.891
	119.372	**114.982**
Passivo + Patrimônio Líquido		
Fornecedores	1.941	985
Impostos e Contribuições sociais	110	88
Outras provisões	47	–
Concessão Onerosa	4.297	4.952
Provisão contingencial	7.709	
Patrimônio líquido	105.268	108.957
	119.372	**114.982**

A parcela da CEBPar do Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocada em seu Balanço patrimonial equivalente nestas mesmas rubricas. As principais despesas do Consórcio nos exercícios de 2017 e 2016 são assim apresentadas:

	2017	2016
Operação e Manutenção	4.227	2.907
Meio Ambiente	1.191	1.331
Seguro de Risco Operacional	1.286	1.311
Administrativo	242	238
Outros	84	1.128
	7.030	**6.915**

8. IMOBILIZADO

Em atendimento ao CPC 27 que trata do Ativo imobilizado, a Companhia reconheceu no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG - CEB. A movimentação das contas do ativo imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi como segue:

	Taxas anuais de depreciação em %	Saldo em 31/12/2015	Movimentações 2016		Saldo em 31/12/2016	Movimentações 2017			Saldo em 31/12/2017
Geração em serviço:			Adições	Depreciação		Adições (a)	Transf. (b)	Depreciação	
Terrenos		949	–	–	949	1.349	610	–	2.908
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.413	–	–	11.413	–	–	–	11.413
Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	2% a 4%	4.952	–	–	4.952	–	–	–	4.952
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.817	5	–	8.822	14	–	–	8.836
Móveis e Utensílios	10%	29	3	–	32	–	–	–	32
		26.160	**8**	–	**26.168**	**1.363**	**610**	–	**28.141**
(-) Depreciação Acumulada:		(7.735)	–	(663)	(8.398)	–	–	(673)	(9.071)
		(7.735)	–	**(663)**	**(8.398)**	–	–	**(673)**	**(9.071)**
Geração em Curso:									
Reservatórios, Barragens e Adutoras		–	–	–	–	7	–	–	7
		–	–	–	–	**7**	–	–	**7**
Transmissão em Serviço:									
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	–	–	942	–	–	–	942
		942	–	–	**942**	–	–	–	**942**
(-) Depreciação Acumulada:		(294)	–	(27)	(321)	–	–	(26)	(347)
		(294)	–	**(27)**	**(321)**	–	–	**(26)**	**(347)**
Administração em Serviço:									
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	53	–	–	53	–	–	–	53
Móveis e Utensílios	10%	103	–	–	103	2	–	–	105
		156	–	–	**156**	**2**	–	–	**158**
(-) Depreciação Acumulada:		(71)	–	(14)	(85)	–	–	(14)	(99)
		(71)	–	**(14)**	**(85)**	–	–	**(14)**	**(99)**
		19.158	**8**	**(704)**	**18.462**	**1.372**	**610**	**(713)**	**19.731**

a) Adições: Do saldo total de adições em 2017 de R$1.372, R$1.349 se refere ao reconhecimento do custo de terreno envolvido em ação judicial de desapropriação em que a CEBPar é ré em que se discute o valor da indenização de um terreno que já é parte do empreendimento UHE Queimado (Consócio CEMIG - CEB). Os assessores jurídicos da CEBPar entendem que a possibilidade de perda é provável para condenar as consorciadas ao pagamento de valor superior ao depositado anteriormente pelas consorciadas no curso normal da ação. O valor reconhecido no ativo em 2017 se refere à parcela que a CEBPar faz jus no Consórcio CEMIG - CEB, considerando que tal terreno já está em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia e, como contrapartida, foi reconhecido um passivo de igual valor em 31 de dezembro de 2017 para fazer frente à obrigação da CEBPar. Considerando que este processo judicial foi iniciado em 2005, o valor da possível condenação englobou os juros e correção de todo período, o que, de certa forma, impactou na relevância das cifras apresentadas a valores atuais. b) Transferência: O valor de R$610 mil refere-se a depósito judicial realizado pela CEBPar para fazer frente à condenação em processo de desapropriação de terreno em uso do empreendimento UHE Queimado. Em 2017 o valor do depósito foi levantado pela outra parte e a Companhia transferiu o seu valor do Realizável a longo prazo para o custo do imobilizado. A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu Imobilizado em 31 de dezembro de 2017. A CEBPar faz anualmente uma avaliação do valor do Imobilizado com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment.*

9. INTANGÍVEL

Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do UHE Queimado. A composição do intangível em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Taxas anuais de depreciação em %	Saldo em 31/12/2015	Movimentações 2016		Saldo em 31/12/2016	Movimentações 2017		Saldo em 31/12/2017
Geração em serviço:			Adições	Amortização		Adições	Amortização	
Intangíveis e Consórcio	3,5%	1.504	46	–	1.550	10	–	1.560
(-) Amortização Acumulada:		–	–	(9)	(9)	–	(717)	(726)
		1.504	**46**	**(9)**	**1.541**	**10**	**(717)**	**834**

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

O valor de R$1.560 refere-se à parcela proporcional do valor do direito relacionado ao Uso do Bem Público - UBP do empreendimento UHE Queimado, que é apresentado pelo custo histórico do encargo relatório, referente ao direito do Consorcio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto. Até 31 de dezembro de 2016 o Consórcio não realizava a amortização deste ativo intangível, sendo que, em nova análise, optou-se pela sua amortização. Consequentemente, houve uma amortização substancial em 2017, que engloba a amortização de 2017 e também a amortização referente ao período de abril de 2004 a dezembro de 2016.

10. CONTAS A PAGAR

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimados até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:

		2017	2016
Energia Comprada - CCEE	(a)	639	169
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(b)	67	73
Fornecedores de Serviços		65	62
		771	**304**

a) Energia comprada - CCEE: A provisão de R$639 refere-se à: i) apuração da CCEE do déficit de energia no Mercado de Curto Prazo de novembro de 2017 no montante de R$367, a ser liquidado em janeiro de 2018; e ii) estimativa de liquidação da Companhia para o mês de dezembro de 2017 no valor de R$272. **b) Encargos de uso do sistema de transmissão:** Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	2017	2016
IRPJ e CSLL a pagar	111	245
PIS e COFINS	39	50
INSS	31	30
IRRF	22	34
Outros	21	18
	224	**377**

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento	(a)	402	306
Coligadas e controladas	(b)	298	121
CPFURH[1]		32	15
Outras		52	17
Total		**784**	**459**

[1]Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

a) Os valores em aberto de P&D são compostos por pagamentos mensais ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico - FNDCT e Ministério de Minas e Energia - MME, que representa R$16, e de R$386 que deve ser aplicado em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento pela Companhia, sendo que este passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a aprovação por parte da ANEEL do projeto executado. b) O valor refere-se ao valor a pagar pela Companhia ao Consórcio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consórcio em cada data-base.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 21.270, (31.270 em 31 de dezembro de 2016) que está dividido em 21.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2016). Todas as ações são de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB. Em 8 de maio de 2017, a Diretoria da Companhia, ata nº 171ª, decidiu pela redução de Capital Social no valor de R$10.000 que foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de maio de 2017. Com amparo do art. 173 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia considerava excessivo para realização de seu objeto social. Após a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme despacho nº 2.417 de 09 de agosto de 2017, a operação foi concretizada, sendo registrada a redução de capital no montante de R$10.000, dos quais R$7.000 foram repassados em 27 de setembro de 2017 e R$3.000 foram repassados em 11 de dezembro de 2017. **13.2. Reserva de lucros:** O saldo é composto dos seguintes valores:

	2017	2016
Reserva Legal	2.646	2.231
Dividendos adicionais propostos	2.878	5.956
	5.524	**8.187**

a) Reserva legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. b) Dividendos adicionais propostos: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta especifica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. A Diretoria da Companhia deliberou em 2017 a distribuição integral dos dividendos adicionais propostos de 2016, que foram integralmente liquidados em 2017. O saldo dos dividendos adicionais de 2017 estarão disponíveis à Administração para distribuição durante o ano de 2018.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Venda de Energia Elétrica	17.178	16.181
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	230	257
Prestação de Serviços	743	801
Receita Operacional Bruta	**18.151**	**17.239**
PIS	(118)	(112)
COFINS	(545)	(517)
ISS	(37)	(40)
P&D	(164)	(163)
Taxa de Fiscalização Aneel	(161)	(154)
Compensação Financeira Uso de Recursos Hídricos	(156)	(196)
Dedução da Receita Operacional	**(1.181)**	**(1.182)**
Receita Operacional Líquida	**16.970**	**16.057**

15. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E OPERAÇÕES

		2017	2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	a)	(2.370)	(1.030)
Despesas Relacionada com UHE Queimado	b)	(1.721)	(1.498)
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão		(848)	(847)
Depreciação		(713)	(697)
Amortização		(717)	–
Prêmio de Seguro - Repactuação Risco Hidrológico		(76)	(76)
Contribuição Compulsória CCEE		(8)	(10)
		(6.453)	**(4.158)**

a) Energia elétrica comprada para a revenda: O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O aumento deste custo em 2017 em comparação a 2016 foi consequência principalmente do déficit de geração de energia no MRE e também pelo elevado valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. **b) Despesas relacionadas com a AHE Queimado:** O valor de R$1.721 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.498 - 31 de dezembro de 2016) é referente às despesas proporcionais do Consórcio CEMIG - CEB, de responsabilidade da CEBPar.

16. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal e Encargos	(1.764)	(1.573)
Serviços de Terceiros	(531)	(877)
Contribuições Sindical Patronal	(32)	(42)
Outros	(34)	(17)
	(2.361)	**(2.509)**

17. RECEITAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Rendimento de Aplicações Financeiras	833	1.497
Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo	32	113
Reconhecimento de Receita Financeira – FIP	–	114
Atualizações Monetárias sobre Crédito Tributário	14	6
Outras Receitas Financeiras	1	2
	880	**1.732**

A redução do rendimento de aplicação financeira em 2017 foi motivada pelo elevado volume de desembolsos financeiros com acionista realizados pela Companhia no exercício, referente à redução de capital e pagamento de dividendos, que totalizaram aproximadamente R$21 milhões.

18. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia tributa o seu resultado com base no Lucro Presumido, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, apurado em cada período trimestral de tributação, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R$60.000 por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R$893 (R$1.119 em 31/12/2016).

19. PARTES RELACIONADAS

Ativo

Item	Parte Relacionada	Natureza	2017	2016
Serviços Prestados (a)	Consorcio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	63	127
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	3.870	3.713
Empréstimos (c)	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	620	203
Usina (d)	Consorcio CEMIG/CEB	Imobilizado e Intangível	20.507	19.932
Total			**25.060**	**23.975**

Passivo

Item	Parte Relacionada	Natureza	2017	2016
Outros (e)	CEB Distribuição S.A	Pessoal à Disposição	24	23
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas a reembolsar	298	98
Total			**322**	**121**

Demonstração do Resultado

Item	Parte Relacionada	Natureza	2017	2016
Receita (g)	Consórcio CEMIG CEB	Serviços Prestados	743	801
Receita (h)	CEB Distribuição S.A	Encargos de Mútuo	–	102
	Corumbá Concessões S.A.	Encargos de Mútuo	32	11
Despesa (i)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas - cota parte	(1.721)	(1.498)
Total			**(946)**	**(584)**

a) A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, que tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R$4.910 para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R$4.051), serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE. b) Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme demonstrado na (Nota 7.a). c) Empréstimo (mútuo) com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R$ 620, conforme mencionado na (Nota 6); d) Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB; e) Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A; f) Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%; g) Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT. h) Refere-se à receita financeira auferida do Contrato de Mútuo nº 01/2015-CEBPar, firmado entre a CEB Participações S.A e a CEB Distribuição S.A, liquidado em 2016, com a diminuição do Capital Social e também dos rendimentos do empréstimo de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.; i) Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

20. GESTÃO DE RISCOS

20.1. Risco de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Administração da Companhia entende que a redução de capital realizada em 2017, no montante de R$10.000, não afeta a sua capacidade de operacional. **20.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e da venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida. **20.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissionários (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para as Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios. **20.4. Risco de crédito:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissionárias e de Equivalentes de caixa. No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador. O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração locar os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco baseadas nas agências avaliadores de risco. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. **20.5. Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL:** A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mer-

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

cado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo. **20.6. Risco em Participações acionárias:** Conforme mencionado na Nota nº 7.a, a CEBPar possui participação de 2,3461% na Corumbá Concessões S.A., empresa coligada através de controle comum de outra empresa do mesmo grupo econômico. Este ativo será recuperado somente se a empresa investida gerar lucros em montantes suficientes para compensar o capital investido. A CEBPar avalia anualmente se há indício de irrecuperabilidade deste ativo a fim de constituir possível provisão para *impairment*. Até o momento, baseados nas projeções elaboradas pela Administração da Corumbá Concessões, a CEBPar não verificou necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

21. PASSIVOS CONTINGENTES - CONTINGÊNCIA CÍVEL

a) Resolução CNPE 03/2013: O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNPE nº 03/2013, que em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, estende às empresas geradoras a responsabilidade pelo custeio do acionamento extraordinário - fora da ordem de mérito de custo - da geração de energia elétrica para garantir a confiabilidade do sistema, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 08/2007. A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionando a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoelétrica. A Ação judicial defende que a Resolução nº 03/2013, do CNPE, extrapolou os limites do poder regulamentar, violando o princípio da legalidade, pois o CNPE não tem poder de legislar sobre a matéria. A Justiça Federal de 1ª instância, na 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em Decisão publicada em 12 de maio de 2017, confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, deferida em 2013. Posteriormente com a publicação da Lei 13.360/2016, artº. 10, estabeleceu que a partir de 2017, a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito será feita por meio de encargo específico a ser pago pelo consumidor. Além disso, a ANEEL por meio do Despacho 1.146/2017 determinou à CCEE que, a partir da contabilização de abril/2017, realiza-se o rateio do ESS, alocando ao consumidor o total desse custo. Os valores envolvidos até novembro de 2017, última apuração disponível, informam que a Companhia foi excluída do pagamento da ordem de R$ 698 mil, sendo que esse montante engloba a CNPE/03 e o Despacho ANEEL 1.146/2017. b) Repactuação do risco hidrológico: A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a Repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, quanto para o Ambiente de Contratação Livre - ACL. Aprovados os dispositivos legais, a CEBPar e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração. Entretanto somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar. Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento "Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela", em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como "Possível" a perda dessa ação não requerendo, inclusive, a constituição de provisão em seu balanço patrimonial. Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática. c) Processo Administrativo nº 48500004562/2009-64 - ANEEL: O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 19ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R$503, a qual é referenciada nos autos do processo administrativo número 48500004562/2009-64. O Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado - AHE-Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi autuado em razão de uma "não-conformidade (N.9)" consistente na disponibilidade declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que existem valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no Relatório de Avaliação do Desempenho de Manutenção - RAD, sendo-lhe aplicada, após trâmite do processo administrativo decorrente do auto de infração, a multa mencionada. Em 13 de janeiro de 2017, o Juízo sentenciou que a penalidade aplicada à autora não deve prevalecer, julgando procedente o pedido para declarar a insubsistência da penalidade de multa aplicada ao Consórcio CEMIG-CEB, condenando a demandada ao ressarcimento das custas processuais antecipadas pela autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da demandante, em valor equivalente a 10% do valor equivalente à multa, já depositado nos autos, a ser atualizado em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal (artigo 85, parágrafos 2º, 3º e 6º, do CPC/2015). Em 13 de setembro de 2017, foi protocolada pela CEMIG a contrarrazões à apelação da ANEEL.

22. PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A CEBPar e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado à complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O plano adotado é submetido à avaliação anual de Atuário Independente e é denominado "Plano de Contribuição Definida". O custeio é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa. As despesas totais com o plano até 31 de dezembro de 2017, somaram R$ 55 (R$ 58 em 31/12/2016).

23. SEGUROS

A Companhia tem apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.

24. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO DO PERÍODO COM A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

	2017	2016
Lucro Líquido do exercício	**8.293**	**10.187**
Ajustes ao Resultado do Exercício		
Depreciação/Amortização	1.430	704
Equivalência patrimonial	(168)	(112)
Repactuação do risco hidrológico	76	76
Juros provisionados	–	(210)
Outros	(87)	–
Lucro do exercício ajustado	**9.544**	**10.645**
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução do Contas a Receber	(25)	357
(Aumento) Redução Outros ativos circulantes	79	(269)
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas	467	169
Aumento (Redução) Salários e encargos sociais	2	(5)
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais	(153)	13
Aumento (Redução) outras obrigações	325	87
	695	**352**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**10.239**	**10.997**

25. OUTROS ASSUNTOS RELEVANTES

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações S.A. alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de gás e de geração de energia elétrica.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.

DIRETORES

Lener Silva Jayme - Diretor-Geral
Elias Brito Júnior - Diretor
Aurélio Jackson Fernandes Mazeto - Diretor

CONTADOR

Rodrigo de Carvalho Reis - CRC-DF 017.498

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselho de Administração e Diretoria da **CEB PARTICIPAÇÕES S.A.**

Opinião: Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Participações S.A. ("Companhia" ou "CEBPar"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião. **Ênfases:** Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos: **1)** A Nota explicativa 7 que demonstra o investimento da CEBPar na Corumbá Concessões S.A. com participação de 2,3461%, representando R$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2016). Esta investida apresenta nesta data capital circulante líquido negativo de R$347 milhões (R$390 milhões em 31/12/2016), passivo relevante com Debêntures no montante de R$360 milhões (R$415 milhões em 31/12/2016), além de ter registrado lucro de apenas R$7 milhões no exercício de 2017 (R$5 milhões em 2016). O valor a pagar de Debêntures foi integralmente classificado no circulante em função de não cumprimentos dos índices estabelecidos na escritura de emissão de debêntures. A geração de resultado do investimento da CEBPar na Corumbá Concessões está condicionada à obtenção pela investida de resultados futuros em montante suficiente para a continuidade de suas operações, bem como ao sucesso na implementação do seu plano de negócios com redução dos custos de operação e amortização das Debêntures para redução gradual do custo financeiro. **2)** A Investida da CEBPar, a Corumbá Concessões, mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, basicamente envolvendo venda de energia para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. **3)** Conforme mencionado na Nota explicativa 25, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações a vender sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Neste momento, não é possível determinar os efeitos futuros desses assuntos sobre a continuidade operacional da Companhia, de vez que está possui basicamente estes ativos. **Outros assuntos: 1)** A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos no tópico "Ênfases" supra também são aplicáveis à essa Demonstração. **2)** As Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 23 de fevereiro de 2017 sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos descritos no tópico "Ênfases" supra. **Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da CEBPar é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2018

Nexia Teixeira Auditores
CRC MG 5.194
Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador
CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103

A member of Nexia International

continua

continuação

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Participações S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2017, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas em 28.02.2018, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2017. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Participações S/A. O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 15 de março de 2018.

André Vilanova da Silva
Dalmo Alexandre Costa
Wolney Arruda

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

Companhia Energética de Brasília - CEB

CNPJ nº 00.070.698/0001-11

Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

De acordo com a legislação vigente e as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O ano de 2017 caracterizou-se por conjunturas econômico-financeira e climática de difícil gerenciamento, exigindo da Companhia ações preventivas e de mitigação de consequências para que o período fosse superado com bons resultados.

Por outro lado, no ambiente interno, particularmente no âmbito do seu principal negócio, a CEB Distribuição S.A., houve componentes estruturais que necessitaram de continuada atenção, tais como as ainda elevadas despesas operacionais, o alto endividamento, a sobrecontratação do suprimento de energia comprada e os compromissos regulatórios com a qualidade dos serviços prestados.

Nesse contexto, revelou-se importante a elaboração dos Planos de Negócios da CEB Distribuição S.A. e desta *holding*, no final do ano de 2016, em atenção à Lei nº 13.303 (Lei das Estatais) para o período de 2017 a 2021, com enfoque no primeiro ano do planejamento de médio prazo.

De fato, tais instrumentos, ao utilizarem as projeções disponíveis nos campos econômico-financeiro e climático e ao considerarem as características vigentes de nossos dois principais negócios - as geradoras hidroelétricas e a Distribuidora –, permitiram a sustentação das ações que se mostraram eficazes.

Assim, a CEB Distribuição S.A. conseguiu melhorias importantes, sobretudo na qualidade do serviço, no relacionamento com o seu consumidor e na situação econômico-financeira.

A qualidade do fornecimento do serviço de energia elétrica é monitorada pela ANEEL por meio de dois principais indicadores: o DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras. O primeiro indica o número de horas que um consumidor fica sem energia elétrica e, o segundo, o número de interrupções do fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora.

Tanto para o DEC como para o FEC, concluiu-se o ano de 2017 dentro dos limites estabelecidos pelo Regulador e com os melhores resultados obtidos desde a criação destes indicadores em 2001.

Os gráficos seguintes mostram a evolução destes indicadores nos últimos 17 anos:

No mesmo sentido, o relacionamento com o cliente foi um dos principais focos das ações da Distribuidora. A Empresa investiu na otimização do serviço prestado pelos empregados responsáveis pelo atendimento direto ao consumidor. Palestras de sensibilização, treinamentos específicos e provas de conhecimento foram realizadas com os atendentes do *Call Center* visando a eliminação de imperfeições no atendimento por meio de telefone, para tornar o processo mais ágil, cortês e eficiente. Essas melhorias foram percebidas pelos consumidores e provocaram uma redução substancial do número de reclamações encaminhadas aos vários níveis de atendimento disponibilizados pela Distribuidora e, inclusive, na Ouvidoria da ANEEL onde, durante 7 (sete) meses do ano, não foram registradas quaisquer reclamações procedentes.

O reconhecimento dos consumidores da área de concessão da CEB Distribuição S.A. pode ser comprovado ademais pelos seguintes fatos: a Empresa foi premiada como "Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste" no certame IASC de 2017 promovido pela ANEEL; na classificação geral, envolvendo as 101 concessionárias e permissionárias participantes da pesquisa, a Distribuidora evoluiu da 41ª posição em 2016, para a 24ª em 2017; e, considerando as concessionárias acima de quatrocentas mil unidades consumidoras, a CEB Distribuição S.A. saiu da 18ª posição em 2016 para a 9ª posição em 2017.

Quanto às metas dos Planos de Negócios referentes ao exercício de 2017, no que diz respeito aos aspectos econômico-financeiros houve bons desempenhos.

No caso da CEB Distribuição S.A., para o EBITDA projetado de R$ 86,8 milhões foi alcançado o valor de R$ 154,0 milhões, enquanto que para o Lucro Líquido esperado de R$ 7,6 milhões apurou-se o montante de R$ 48,4 milhões. Mesmo se desconsiderados eventos não recorrentes, o EBITDA ainda seria maior.

Também para esta *holding*, o ano de 2017 foi de boa performance medida pelos principais indicadores econômico-financeiros consolidados, apesar do contexto desfavorável da economia nacional. A tabela seguinte mostra o EBTIDA e o Lucro Líquido alcançados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017:

(R$ Mil)	2015 Reapresentado	2016 Reapresentado	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Líquida	**2.396.004**	**2.114.554**	**2.720.486**	**605.932**
Custo/Despesa Operacional	**2.106.025**	**1.981.760**	**2.478.547**	**496.787**
EBITDA	**289.979**	**186.412**	**307.508**	**121.096**
Lucro Líquido/Prejuízo Consolidado	**25.448**	**112.438**	**152.082**	**39.644**
Investimentos	**78.676**	**88.341**	**73.843**	**(14.498)**
Patrimônio Líquido	**781.603**	**831.172**	**834.408**	**3.236**

Percebem-se as boas evoluções dos indicadores, particularmente quando confrontados os exercícios de 2016 e 2017. Nota-se ainda, os montantes crescentes do Patrimônio Líquido.

Adicionalmente, é relevante destacar que, em função do desempenho econômico registrado no último triênio pela CEB, foi superado o prejuízo acumulado que persistia desde o exercício de 2014, conforme pode ser visto na tabela seguinte:

(R$ Milhões)	2014	2015 Reapresentado	2016 Reapresentado	2017
Lucro Líquido/Prejuízo Acumulado Consolidado	**(251,0)**	**(231,7)**	**(119,8)**	**30,7**

Para o alcance de tais resultados foi determinante a superação de dificuldades oriundas da inocorrência de duas premissas significativas expressas nos Planos de Negócios: a alienação de imóvel da CEB Geração S.A. que possibilitaria a destinação de dividendos a esta controladora com subsequente direcionamento à CEB Distribuição S.A. em montantes consideráveis; e a alienação dos ativos representados pelos negócios de geração, cujos recursos teriam o mesmo destino.

Complexos processos burocráticos causaram ambas as frustrações: o primeiro, em função do tempo demandado para as mudanças de destinação (usos) do terreno na esfera legislativa local e da liberação do ativo para venda, no âmbito da regulação federal; o segundo, pelas exigências impostas a empresas estatais para licitações com características como as que se revelam na contratação do estruturador das operações de venda de ativos nas dimensões em apreço.

A Administração, para enfrentamento das aludidas dificuldades, alternativamente, buscou formas de obtenção de recursos, com destaque para (a) o recebimento de créditos de serviços de iluminação com mais de 360 dias de vencimento em montantes jamais praticados envolvendo, inclusive, de forma inédita, acordo judiciais; e (b) as reduções de capital da CEB Participações S.A. e da CEB Lajeado S.A., tendo em vista o excesso de recursos naquelas empresas, que possibilitou o enquadramento legal para as reduções praticadas.

Essas alternativas foram importantes para cumprimento de metas previstas nos Planos de Negócios.

Embora se verifiquem evidências inequívocas de melhorias operacionais e econômico-financeiras, ainda há muito o que evoluir nos próximos exercícios. Esse é foco empresarial que norteará a gestão da Companhia.

As expectativas para o ano de 2018 são positivas pelas seguintes razões principais: a melhoria do deficit operacional, uma vez que os custos e despesas operacionais começaram trajetória de queda; a continuidade de aporte de capital desta CEB *Holding* na CEB Distribuição S.A. por meio de recursos oriundos das geradoras; o cumprimento rigoroso dos compromissos e obrigações do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, prorrogado em dezembro de 2015, quanto ao atendimento das metas de DEC e FEC, bem como as de sustentabilidade econômico-financeira; a realização de investimentos no volume necessário para assegurar a qualidade do fornecimento de energia e recepcionar a racionalidade na formação da base de remuneração, evitando-se pressões desnecessárias sobre o caixa; e, por fim, a redução do serviço da dívida ainda muito elevado. Esta última mostra-se favorecida pela perspectiva de trajetória virtuosa dos indicadores SELIC e CDI projetados para 2018.

Finalmente, a Companhia Energética de Brasília - CEB não poderia deixar de agradecer aos seus consumidores, fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, ao tempo que reafirma seu compromisso de continuar prestando os serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, tarifas justas, inovação tecnológica, ética e transparência.

LENER SILVA JAYME - Diretor-Presidente
SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM - Presidente do Conselho de Administração

II. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 1º de março de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE confirmou as expectativas dos agentes econômicos ao divulgar que o crescimento do PIB em 2017 atingiu 1%. Esta apuração reverteu os desempenhos negativos de 2015 e 2016, quando foram registradas retrações correspondentes a (3,95%) e (3,46%), respectivamente, e evidenciou a primeira alta deste indicador desde 2013.

Ainda de acordo com o Banco Central, a Taxa Básica de Juros - SELIC, que estava em 14,25% ao ano desde julho de 2015, iniciou uma trajetória de queda a partir de outubro de 2016, quando foi reduzida para 14,00% e 13,75% no mês de dezembro. Em abril de 2017 a taxa recuou para 11,25%, tendo atingido 8,25% em setembro, encerrando o exercício com 7,00%.

Em resumo, o PIB foi ainda modesto e a inflação medida pelo IPCA recuou para algo em torno de 2,95%, levemente abaixo do piso da meta inflacionária. Por sua vez, o dólar continuou experimentando persistente desvalorização, ao regredir de R$ 4,20 em 2015 para R$ 3,40 em dezembro de 2016, e R$ 3,31 em dezembro de 2017, enquanto o desemprego alcançou 11,8% no final do exercício.

No entanto, embora os investimentos em infraestrutura no Brasil nos últimos anos estejam em declínio, o setor de energia (eletricidade e gás) tem se diferenciado e atraído capitais estrangeiros expressivos, em função das disponibilidades de recursos globais franceses, italianos, espanhóis, latino-americanos, indianos e chineses, dentre outros.

Efetivamente, os recursos investidos nos segmentos de gás e eletricidade quadruplicaram em 2017 quando comparado com o exercício anterior, evoluindo percentualmente sobre o total dos investimentos de 5,5% em 2016, para 21% em 2017. Nota-se assim, uma ascensão das aplicações estrangeiras e um recuo das estatais e empreiteiras nacionais, em especial no segmento de transmissão de energia elétrica, que demanda grandes volumes de recursos.

REPERCUSSÕES GERAIS NO GRUPO CEB

Indicadores Inflacionários - Os preços das energias produzidas pelas empresas geradoras do Grupo CEB são reajustados anualmente por meio do IGP-M. A trajetória de queda sustentada ocorrida em 2017 contribuiu no sentido de redução das receitas, se comparado com os anos imediatamente anteriores. Já na CEB Distribuição S.A. o índice de reajuste aplicável à tarifa é o IPCA. Em função do comportamento praticamente similar, houve repercussão no mesmo sentido na receita da Distribuidora.

PIB e Desemprego - O moderado comportamento geral da economia e a alta taxa de desemprego impactaram o mercado consumidor de energia, particularmente na CEB Distribuição S.A.

Taxa Selic e Câmbio - As dívidas mais relevantes da CEB Distribuição S.A. são corrigidas pelo CDI, índice diretamente atrelado à taxa SELIC. A consistente trajetória de queda daquele indicador ocorrida em 2017, contribuiu positivamente para redução dos encargos das dívidas (empréstimos bancários e debêntures), quando se compara com o ocorrido em 2015 e 2016. Destaque-se ainda, as debêntures contratadas pela Corumbá Concessões S.A., remuneradas com 128% do CDI, cujo saldo em setembro de 2017 alcançou cerca de R$ 388,0 milhões. Neste caso, também ocorreu importante redução das despesas financeiras. Por sua vez, o comportamento declinante do dólar em relação ao real, propiciou algum alívio no caixa da CEB Distribuição S.A., considerando que a aquisição da energia de suprimento de Itaipu Binacional é dolarizada.

III. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Brasília - CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz - DFL da Novacap.

No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 - ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A.

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

Estrutura Societária

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 - SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE homologou o aumento de capital da CEB em R$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

Atualmente, o capital social da CEB, no montante de R$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador)

Acionistas	Ações Ordinárias Qtd	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais Qtd	Ações Preferenciais %	Ações Totais Qtd	Ações Totais %
Governo do Distrito Federal	**6.696.418**	**93,21**	**4.865.691**	**67,28**	**11.562.109**	**80,20**
Outros Acionistas	**487.760**	**6,79**	**2.366.514**	**32,72**	**2.854.274**	**19,80**
Total	**7.184.178**	**100,00**	**7.232.205**	**100,00**	**14.416.383**	**100,00**

Referência: Composição Acionária em 31 de dezembro de 2017.

continua